



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639232 - SP (2021/0005853-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RODRIGO FERREIRA DOS SANTOS RUIZ CALEJON -
SP292134
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCUS VINICIUS DE MEDEIROS DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCUS VINICIUS DE MEDEIROS DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501195-77.2019.8.26.0616).

O paciente foi condenado às penas de 6 anos e 8 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 16 dias-multa pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, inciso II, e § 2º-A, inciso I, do Código Penal.

Sustenta a impetrante o "afastamento da causa de aumento prevista no artigo 157, § 2º-A, inciso I do Código Penal", pois a "arma NÃO foi apreendida, muito menos periciada. O réu confessou a prática do delito, demonstrando sua boa-fé para com a justiça, mas ressaltou que utilizaram um SIMULACRO" (fl. 4).

Alega que a "r. sentença fixou a pena base acima do mínimo legal sem fundamentação IDÔNEA e de forma manifestamente DESPROPORCIONAL, sob o fundamento de que as "CONSEQUÊNCIAS do crime foram graves para a vítima" (fl. 9), porém, "o réu não tinha conhecimento da ausência de seguro do veículo, não podendo tal circunstância ser invocada para majoração da pena base, sob pena de indevida responsabilização objetiva do mesmo, o que é absolutamente vedado na seara penal" (fl. 10).

Afirma que "muito embora o acusado tenha sido condenado a pena inferior a 4 anos de reclusão, fixou-se o regime inicial fechado SEM QUALQUER FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA para tanto" (fl. 11).

Requer, liminarmente, o afastamento da majorante do emprego de arma de

fogo e, subsidiariamente, "o acolhimento das teses subsidiárias quanto à aplicação da pena nos termos expostos, com a consequente modificação do regime inicial de cumprimento de pena e a expedição de alvará de soltura". No mérito, pugna pela confirmação da liminar (fl. 13).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente